



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 332<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, realizada no dia 21 de julho de 2015.**

Realizou-se no dia 21 de julho de 2015, às 09h00, na Sala de Reuniões do Conselho, Prédio 6 da SMA/CETESB, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345, a 332<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Compareceram os conselheiros **Patrícia Faga Iglecias Lemos, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ulysses Bottino Peres, Marcelo Pereira Manara, Sônia Regina da Cal Seixas, José Alexandre Pereira de Araújo, Regina Marcela Baccarat Teixeira Palermo, João Carlos Cunha, Gilmar Ogawa, Jaelson Ferreira Neris, Marcio Piedade Vieira, Dimitri Auad, Mauro Frederico Wilken, Mônica Porto, Thaís Maria Leonel do Carmo, Marco Antonio Barbieri, Marília Martino de Sant'Ana, Vera Lúcia Ferreira Neves, Carlos Roberto dos Santos, Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel, Marisa de Oliveira Guimarães, Roberto Lucca Molin, Rubens Beçak, Rodrigo Antonio Braga Moraes Victor, Tatiana Barreto Serra, Rodrigo Levkovicz, Sérgio Meirelles Carvalho, Eduardo Trani, Ana Cristina Pasini da Costa, Modesto Salviatto Filho, Gerson Araújo de Medeiros, José Luiz Fontes, Roberto Ulisses Resende, Telma de Cássia dos Santos Nery.** Constavam do Expediente Preliminar: 1. Aprovação das Atas da 330<sup>a</sup> e da 331<sup>a</sup> Reuniões Plenárias Ordinárias; 2. Comunicações da presidência e da secretaria-executiva; 3. Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da Ordem do Dia: 1. Panorama da Agenda Paulista de Mudanças Climáticas – COP 21; 2. Apresentação sobre a Serra do Mar e enfrentamento dos recorrentes eventos extremos. Abertos os trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, cumprimentou todos os conselheiros e submeteu à aprovação, nos termos regimentais, as Atas da 330<sup>a</sup> e da 331<sup>a</sup> Reuniões Plenárias Ordinárias, que foram aprovadas. Informou que o Regimento Interno estabelece, em seu artigo 25, parágrafo 3º, que, quando o conselheiro pretende promover qualquer mudança no conteúdo de sua intervenção, deve, no prazo regulamentar, encaminhar seu pedido, por escrito, ao Secretário-Executivo, e o conteúdo da intervenção com a mudança sugerida será inserido na ata subsequente. Quando de se sua aprovação, a mudança precisa ser destacada e ser submetida ao Plenário, que a aprovará ou não. Comunicou que a conselheira Tatiana Barreto Serra encaminhou pedido de retificação, constante da Ata da 330<sup>a</sup> Reunião Ordinária, com o qual concordava, pelo fato de o posicionamento da conselheira nessa última versão estar mais claramente evidenciado. Mesmo assim, acrescentou, era necessário submeter tal mudança ao Plenário. Feito isto, a retificação foi aprovada. Esclareceu mais uma vez que foi para se evitar toda essa burocracia e, mais, se evitar que a ata fosse divulgada, antes de o conselheiro poder eventualmente corrigir sua intervenção, que se criou por consenso o mecanismo que prevê que a ata, uma vez redigida, seja encaminhada aos conselheiros em um *link* fechado, com senha, de forma a lhes permitir que proponham as correções desejadas, antes de ela ser pautada para aprovação. E solicitou a atenção dos conselheiros para isto. Passou-se às comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva. A Secretária **Patrícia Iglecias**, Presidente do Conselho, declarou que não tinha nenhuma comunicação a fazer, e o **Secretário-Executivo**, por sua vez, comunicou ter ocorrido modificação na configuração do Colegiado, uma vez que o conselheiro Luiz Fernando Rocha, que representava a Procuradoria-Geral de Justiça, passara a representar a Fundação Florestal. Passou-se aos assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. O conselheiro **João Carlos Cunha** afirmou que, na condição de membro do Conselho, observava as mudanças que vinham acontecendo na cidade, principalmente no trânsito, e que era nesse contexto que se inseria a solicitação que formulava à CETESB de que enviasse ao Colegiado estudo sobre as partículas com o propósito de evidenciar o que está acontecendo no trânsito após o fechamento da CONTROLAR. Lembrou que a redução da velocidade nas marginais obriga a que se locomova a



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

50km/h e, portanto, com uma marcha a menos, o que se tenta justificar tecnicamente com o argumento de que a maioria dos acidentes acontece nas marginais e são causados pelos motoqueiros. Embora seja verdadeiro esse argumento, acrescentou que há riscos de se querer implantar essa velocidade nas rodovias e se transformar isto numa prática admitida em todo o Estado, ou seja, em qualquer rua de qualquer cidade. Ponderou que essa prática aumenta a demanda por asfalto de boa qualidade e pode aumentar a emissão de partículas. Observou que muitas vezes se tem a inabalável convicção de que as políticas e medidas que se propõem são efetivamente benéficas e viáveis para a sociedade, embora depois se verifique que elas não se aplicam indistintamente a todas as situações, até mesmo porque, quando você está a 50 km/h e o carro da frente transita a 40km/h, se você acelerar ou frear um pouquinho, acontece o que igualmente ocorre quando você está a 100km/h, ou seja, você dá uma “cutucadinha” no freio, o carro de trás diminui para 95km/h e o outro, anterior, para 90km/h, até tudo ir parando. Argumentou ainda que, quando se passa numa lombada eletrônica, ocorre igualmente redução da marcha e maior incidência de partículas. Outro aspecto abordado pelo conselheiro é que se está implementando, sem base técnica, muitos instrumentos e medidas, e isso, enfatizou, evidencia a importância de este Conselho de Estado se manifestar sobre essas novas diretrizes. Afirmou que a CETESB, que inclusive possui laboratórios equipados para realizar medições das emissões veiculares, é o órgão competente para abordar e trazer ao Conselho algo técnico sobre o assunto. Acrescentou também que, com o retorno às aulas, aumentará a intensidade do trânsito e, consequentemente, piorará a qualidade do ar, persistindo, ao final da tarde e ao longo do dia, uma qualidade ruim. Por essa razão, observou, é importante que o assunto seja tecnicamente abordado, até mesmo porque, como noticiaram os jornais, a OAB e a população impetrarão ações contra a medida de redução de velocidade, porque, além de ela afetar a qualidade ambiental, também alimentará o estresse provocado pela manutenção dessa velocidade nas marginais. Nessas condições, advertiu, é melhor utilizar a bicicleta. Ressaltou, nesse contexto, que as ciclovias, cuja implantação sempre defendeu, também estão sendo instaladas sem base técnica, o que enseja sua associação a uma imagem ruim. Defendeu que o Estado tem condições técnicas e o Conselho, a função de participar de um debate, que é atual na sociedade, sobre o encerramento das atividades da CONTROLAR. Contestou tanto a possibilidade de esse instrumento técnico ser utilizado como instrumento político de campanha como de se retirá-lo de forma abrupta; contrariamente, defendeu o ponto de vista segundo o qual, se surgir algum problema técnico ou jurídico, se realize nova licitação, mas o que não pode acontecer é sua retirada da forma como vem ocorrendo, porque se trata de importante e legítimo instrumento de proteção da saúde pública. O conselheiro **Mauro Wilken** solicitou, em decorrência do intenso processo erosivo que vem ocorrendo na Ponta da Praia e na Praia da Aparecida, resultante da construção/alargamento do Canal de Santos, a colocação na pauta da próxima reunião de apresentação do corpo técnico do movimento de apoio na restauração de erosões sobre este assunto. Solicitou também a realização de reunião extraordinária, para a qual se encaminhariam todos os assuntos tratados pela bancada ambientalista, que, além de serem muitos, sobre eles não se manifestaram nem a SMA nem qualquer de seus órgãos. Reclamou que as reivindicações das entidades ambientalistas vêm se acumulando sem serem analisadas. Exemplo: a denúncia da invasão de terreno da Empresa Metropolitana de Água e Energia–EMAE, que, à época desse acontecimento, contava apenas com quinze barracos e, atualmente, com aproximadamente trezentas obras de alvenaria já construídas do outro lado da margem. O conselheiro **Marcelo Manara**, inicialmente propôs fosse aprovada Moção de Aplauso à TV Cultura pela excelente programação que veiculou na Semana do Meio Ambiente, programação que se posicionava claramente em prol da causa ambiental. Acrescentou que tal programação contou com a participação da Senhora Secretária e chamou atenção para o fato de esses eventos acontecerem no difícil momento em que essa emissora vivencia mais um desmonte e mais um sucateamento. O conselheiro declarou também que, na sexta-feira anterior, pediu vistas ao processo nº 113/2014, que trata da “Transposição de Águas do Paraíba do Sul para o Sistema



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Cantareira”, oportunidade em que identificou a existência de uma série de pedidos formulados pela Defensoria de São José dos Campos, pela Câmara de Taubaté e pela ONG Eco Vital de Caçapava, acompanhados de abaixo-assinados, um deles com cento e setenta e quatro assinaturas, e outro elaborado e divulgado pela Associação dos Professores do Estado de São Paulo–APEOESP. O conselheiro reclamou que mais uma vez vários pedidos de audiências públicas não receberam qualquer resposta. Na verdade, apenas o representante da Defensoria Pública de S. José dos Campos, que pediu uma audiência pública em S. José, recebeu resposta. Ou seja, “onde estava programado, recebeu uma resposta”. Chamou atenção para a importância de se dispensar tratamento respeitoso às instituições e pessoas que demonstram interesse em participar do processo de licenciamento e, nessa medida, em validar a discussão pública que nesse contexto ocorre. Chamou atenção para a necessidade de se adotar uma postura no mínimo acolhedora, o que não se comprova que aconteceu, porque, efetivamente, nem foi atendida a demanda nem implementado qualquer procedimento, o que corrobora a interpretação segundo a qual nenhuma medida seria adotada se sua programação não estivesse prevista. Comentou que já vinha tratando dessa questão em várias reuniões, mas verificou que nenhuma melhoria aconteceu, uma vez que o não acolhimento das demandas demonstra falta de interesse com essas instituições que querem tão somente colaborar e se fazerem presentes na implementação do processo democrático de participação no licenciamento ambiental. Parabenizou, em seguida, a atuação da Polícia Federal e do Ministério Público do Estado de São Paulo por meio do GAEMA do Paraíba do Sul, pois, como foi noticiado em um pequeno jornal de Taubaté do qual tinha cópia consigo, novos fatos vieram à tona no contexto da atuação dos areeiros na Bacia do Rio Paraíba do Sul, entre outros, o afastamento, pela Corregedoria, de um juiz, em razão de seu suposto envolvimento, ilícito, com participantes dessa categoria. Acrescentou que muito disso é fruto da atuação conjunta do Ministério Público com a Polícia Federal do Estado de São Paulo, que deve ser parabenizada, pois não se trata de qualquer perseguição a segmentos da sociedade. Pontuou ter com frequência declarado não ser contrário, mas, sim, favorável ao segmento produtivo, desde que ele se mantenha dentro da legalidade, e o que vem acontecendo, ao longo de muitos anos, é a lavra irregular, a lavra que expande sua atuação para além do perímetro concedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral–DNPM, e além do que a CETESB consegue fiscalizar. Declarou que, enfim, parece que “a coisa, agora, está acontecendo de fato”, e se espera que, dessa maneira, se possa ter um aprendizado, como o próprio segmento anunciou nas reuniões que aconteceram na Subsecretaria de Mineração. Ao concluir, declarou que fazia o alerta de que, ao contrário do que foi anunciado anteriormente neste Conselho, os 6 ou 7 milhões de mudas previstas para atender o projeto da CESP intitulado Programa das Ações de Restauração Ecológica, Fase 1, não virão dos viveiros regionais mas, sim, do viveiro institucional dessa Companhia. Observou que, nesse mesmo tempo e na mesma região onde se pretende reflorestar 7 milhões de mudas, pela falta de incentivo, de apoio e de expectativa, dois viveiros históricos foram desativados. O conselheiro **Jaelson Ferreira Neris** esclareceu ter sido há pouco informado que a SMA lhe encaminhara a relação dos funcionários contratados como “*ad nutum*”, embora nada ainda tivesse chegado às suas mãos. Entretanto, observou que continua pendente, como decorrência da campanha salarial ainda não atendida pela CETESB, a questão do pagamento aos funcionários da CETESB que estão na SMA pelo Programa de Participação nos Resultados – PPR. Um outro assunto ainda pendente diz respeito ao Plano de Carreira, pois teve conhecimento de que a CETESB informou aos funcionários, no início de julho, que esse plano, que demonstra a evolução profissional dos funcionários em 2014, não seria pago. Em outras palavras, informou àqueles que fizeram a prova, que se dedicaram e, mais que isso, que estavam ansiosamente aguardando o pagamento dessa evolução, que eles nada receberiam, apesar de a CETESB reconhecer, nos últimos parágrafos desse comunicado, que este era um importante e efetivo instrumento de gestão da evolução profissional dos funcionários. Declarou que as entidades sindicais representantes dos funcionários, por sua vez, reconheciam haver total discrepância nesse posicionamento da CETESB,



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

porque, se por um lado a empresa reconhecia a eficácia do Plano de Carreira enquanto instrumento de gestão da evolução profissional, por outro, assegurava que ele não seria pago. E tudo isso, afirmou, por causa da “bendita ou malfadada cláusula 17”, que se encontra no instrumento normativo e que foi imposta pela Comissão de Política Salarial – CPS e pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado – CODEC. Esclareceu, ainda, que a cláusula referida, ao limitar o pagamento dos funcionários, torna ambíguo o reconhecimento desse instrumento e, até mesmo, eventuais justificativas que possam ser oferecidas para continuação de sua aplicação. Pontuou que reconhecia que seria ambíguo seu posicionamento enquanto representante sindical se solicitasse aos funcionários que não foram pagos que continuem acreditando no Plano e, consequentemente, participando de seu processo de implementação. Pontuou que essa ambiguidade coloca em xeque até mesmo a continuação desse plano, inclusive porque, desde sua implantação, em 2009, ele ainda não foi analisado nem pelas entidades sindicais nem pelo Conselho de Representantes dos Funcionários – CRF. Argumentou que a cláusula suprareferida precisa ser urgentemente retirada, pois, ao limitar alguns pagamentos, impede que sejam pagos até mesmo os funcionários que estão se submetendo às provas e sendo aprovados. Informou ainda que, até agora, sequer foram publicados os resultados das provas já realizadas, e que, por esse e outros motivos, postula-se que esse processo saia do âmbito da CETESB. Declarou serem “justíssimas” as reivindicações dos funcionários, e que as entidades sindicais, inclusive o Sintaema e o CRF, encaminharam à Secretaria e Presidente do CONSEMA um ofício solicitando que, se possível ao final desta reunião e por um breve tempo, ela com eles se reúna para discutir essas questões. Registrou que considera importante e oportuno que essa conversa aconteça antes da assembleia dos funcionários que será realizada no dia 29 de julho sobre essa questão. A conselheira **Tatiana Barreto Serra** informou ser porta-voz de uma preocupação do Ministério Público e de um Promotor de Justiça de Guarulhos em relação a uma área contaminada pela Empresa Umicore Brasil Ltda., no Município de Guarulhos, onde, apesar de a área ter sido identificada como contaminada e a população, realocada, encontrar-se ainda em funcionamento a Escola Pública Municipal José Jorge Pereira. Informou que a principal preocupação nesse momento é o retorno às aulas, oportunidade em que as crianças e adolescentes voltam a frequentar essa escola e, consequentemente, transitar em seus recintos onde ocorreram concentrações de tricloroeteno acima do máximo aceitável para a qualidade do ar atmosférico da área, com a possibilidade de que inalem contaminantes, em razão da volatização do tricloroeteno, uma vez que plumas de vapores abaixo do piso da escola continuam a ser detectadas em valores acima das concentrações máximas aceitáveis. A conselheira ofertou a informação de que a recomendação feita pela CETESB de que se ocupasse apenas o piso superior causou estranhamento, motivo pelo qual o Promotor de Justiça encaminhará ofício solicitando esclarecimentos. A conselheira informou também que a CETESB e o município encontram-se em tratativas com vistas à realocação dessas pessoas pelo tempo que se fizer necessário. Ao concluir, solicitou à CETESB que lance um olhar para mais esse caso de contaminação. A **Secretária do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA** inicialmente comentou que acrescentava à informação transmitida pelo Secretário-Executivo sobre o conselheiro Luiz Fernando, de que ele representará a Fundação Florestal porque passou a ser seu diretor-executivo, cargo para o qual acaba de tomar posse. E solicitou se registrasse em ata que, com muita alegria, recebia o conselheiro Luiz Fernando como Diretor-Executivo da Fundação Florestal, e que estava convicta de sua capacidade para realizar um bom trabalho à frente desse órgão. No que se refere à informação oferecida pelo conselheiro Marcelo Manara acerca dos viveiros, informou que a SMA não direciona todos os projetos para eles, limitando-se somente a aprovar projetos e viveiros cujas mudas possam ser utilizadas. Argumentou a Secretaria que, no caso da CESP, ela tem essa condição, o que não acontece com a SMA, motivo por que, para obter essa informação, é indispensável contar com a ajuda dos técnicos, até mesmo por não ser suficiente a quantidade de mudas que podem ser obtidas no âmbito da Administração Penitenciária. Ao concluir, informou ao conselheiro Jaelson Ferreira Neris que, por



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

conta de compromisso anteriormente assumido, não poderia conversar com os representantes sindicais logo após a reunião, mas, sim, às 14h30 e por uma meia hora, uma vez que sua agenda estava um pouco complicada. A conselheira **Ana Cristina Pasini** observou que, em relação às considerações feitas pelo conselheiro Marcelo Manara, reiterava que, de fato, o departamento havia recebido vários pedidos para realização de audiências públicas e para dirimir dúvidas que frequentemente vêm sendo suscitadas no âmbito do projeto da reversão, e que, a seus olhos, por se tratar de questões recorrentes, elas não podem ser dirimidas tão somente no âmbito das audiências públicas. Com vistas à elucidação dessas dúvidas, observou que as reuniões públicas têm sido exitosas, pois muito produtivas. Observou que tanto ela, **Ana Cristina**, como a conselheira **Mônica Porto**, Secretária de Estado Adjunta da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, se colocavam à disposição para participar dessas reuniões e, juntamente com o empreendedor, responder às questões e dúvidas formuladas. Argumentou ainda que essas reuniões, por sua vez, podem abranger mais de um projeto, serem realizadas em vários lugares – prefeituras, comitês de bacia, câmaras de vereadores, sede de entidades – e as dúvidas, dirimidas, porque dúvidas e questões podem ser efetivamente elucidadas em diferentes contextos e formatos de discussão, e não apenas com o ritual observado nas audiências públicas. Acrescentou que toda dúvida encaminhada tem sido sistematicamente respondida e considerada pela equipe que analisa o projeto. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara**, em aparte, declarou que discordava desse posicionamento e das explicações fornecidas, uma vez que a maioria das pessoas envolvidas nesse processo não recebeu nenhuma resposta, nem pela negativa, apesar de ter-se empenhado, analisando detalhadamente os estudos, entre os quais se incluía o EIA/RIMA citado, formulando seus pedidos em formatos apropriados, como abaixo-assinados, enfim, empenhando-se de todas as formas para atender às regras do jogo. Mesmo assim, acrescentou, nenhum deles recebeu resposta, o que correu para disseminar certo sentimento de descrédito entre os participantes no que tange à participação da sociedade civil no processo de licenciamento. Pontuou não alimentar qualquer expectativa no que tange ao pronto atendimento de todas as solicitações, mas pelo menos daquelas que demonstram terem seus autores se empenhado, analisando o projeto e os estudos que compõem o EIA/RIMA, e encaminhando subsídios com vistas a sua complementação. Declarou ainda o conselheiro que, durante o processo, todas as vezes que ele próprio buscou informação com os técnicos do Departamento de Avaliação Ambiental da CETESB, que trabalham na área de licenciamento, sempre foi prontamente e muito bem atendido. O **Secretário-Executivo** declarou, para deixar claro, que o conselheiro Mauro Wilken, na solicitação que encaminhou, pede que se realize uma plenária extraordinária para encaminhar documentos, fazendo, logo em seguida, referência “a esses documentos”. Entende-se, portanto, que deseja listar tais documentos, para que se possa pautar os assuntos, seja em reunião extraordinária seja em reunião ordinária. Também questionado pelo **Secretário-Executivo**, o conselheiro **Marcelo Manara** esclareceu que, ao propor uma moção de aplauso à TV Cultura, pretendia tão somente que constasse da ata referências a essa emissora acerca de seu importante desempenho em prol da causa ambiental. O **Secretário-Executivo** anunciou, então, que, se passava à Ordem do Dia, cujo primeiro assunto é a apresentação do Panorama da Agenda Paulista de Mudanças Climáticas - COP 21, a ser conduzida pela própria Secretaria e Presidente do Conselho. A Secretaria **Patricia Iglecias** registrou ter o conselheiro Marcelo Manara solicitado fosse incluída na pauta do Plenário, dentre os assuntos a serem abordados, a questão das vulnerabilidades ambientais. Aproveitou-se esta ocasião para incluir dois assuntos relacionados com a COP 21, quais sejam, a Agenda Paulista de Mitigação, que ela, Presidente, apresentaria e, também, o tema das vulnerabilidades, associado à adaptação às mudanças climáticas. Esclareceu que se decidiu realizar essa apresentação para que os conselheiros conheçam o trabalho que o Estado de São Paulo vem executando em prol da COP 21, ao mesmo tempo, que tal apresentação funcionaria como uma porta aberta pela qual entrariam as contribuições para a divulgação do tema. Informou que, recentemente, participou, juntamente com Ana Paula



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

Fava de Moraes, assessora para assuntos internacionais da SMA, de evento realizado em Lyon, França, oportunidade em que se discutiu o papel dos governos subnacionais na COP 21. Pontuou que, em sua participação, François Hollande, Presidente da França, enfatizou a importância dos governos subnacionais, ou seja, daqueles que, na França, recebem a denominação de Regiões e, no caso do Brasil, de Estados. Esclareceu que uma coisa é a posição adotada pelo País e outra é o que os Estados podem fazer em seus contextos. Esclareceu que sua intenção é trazer ao Conselho uma proposta de protocolos setoriais para mitigação das Emissões de Gases de Efeito Estufa –, questão que já vem sendo trabalhada pela SMA com o setor privado no Estado de São Paulo. Explicou que a Agenda Paulista será levada para Paris e os Protocolos, à medida que forem firmados, serão apresentados na COP 21, em evento paralelo. A **Secretaria e Presidente do CONSEMA** destacou que esse evento sobre mudanças climáticas vem sendo bastante divulgado pela Agenda da SMA, trabalho este que se estenderá ao longo de todo o ano. Lembrou também que esse tema e o papel dos governos subnacionais mereceram grande destaque na encíclica sobre o meio ambiente do Papa Francisco publicada recentemente. Ressaltou que, se no passado, no Brasil, utilizou-se a redução do desmatamento como mote, no contexto atual, não é mais possível continuar com esse mesmo discurso, mas, sim, dar um passo além, porque efetivamente se faz necessário elevar a eficiência das atividades econômicas. Pontuou que a fundamentação para esses protocolos foi elaborada pelo assessor da área de mudanças climáticas da SMA, Oswaldo dos Santos Lucon, que se encontra em período de férias, razão pela qual ela, Secretária do Meio Ambiente, está realizando a apresentação. Explicou que o Estado de São Paulo possui uma Política Estadual de Mudanças Climáticas e, portanto, temos uma lição de casa para fazer, e seu efetivo cumprimento se constitui em grande desafio. Enfatizou ser possível identificar, claramente, que já se superou a fase de imposição e de comando e controle, e o que se busca atualmente, do ponto de vista do Estado de São Paulo, é construir uma agenda que atraia o interesse do setor privado. Por isso, observou, fala-se em protocolos voluntários, e não em imposições. Apresentou, como exemplo, o Primeiro Inventário de Emissões Antrópicas de Gases de Efeito Estufa Diretos e Indiretos realizado no Estado de São Paulo e que abrange o período entre 1990 e 2008. Também ressaltou que o Estado de São Paulo desempenha uma função indutora fundamental do ponto de vista do Brasil, pois o que é feito aqui pode ser replicado em outros Estados, razão por que entende que o Estado de São Paulo deveria ter um papel mais protagonista durante a COP-21 e apresentar a sua agenda de mudanças climáticas mais claramente. Apresentou algumas das participações ativas do Estado em diversas iniciativas nacionais e internacionais, tais como, no Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas–IPCC e nas Redes de Governo, o Climate Group, ICLEI e R20. Informou ainda ter apresentado, durante sua participação nesse último evento que foi realizado em Lyon, alguns projetos desenvolvidos pelo Estado de São Paulo, entre eles o bem-sucedido Município VerdeAzul. Informou também ter concedido uma entrevista em rede de televisão local, fato este que demonstra o interesse que esses temas despertaram, justamente pela importância que possuem. Ressaltou que a experiência de muitos países desenvolvidos – como Alemanha, Reino Unido e Japão - mostra que a existência de metas é algo fundamental, pois não afeta a competitividade da economia, mas, sim, a orienta. Portanto, a adoção de metas para a redução do nível de emissões pelos governos subnacionais figura como importante precedente para alavancar o desenvolvimento tecnológico e, em mudanças climáticas, para acelerar os processos de negociação internacional. Informou que empresas de diversos setores produtivos já trabalham com o estabelecimento de metas que elevam a eficiência nos processos, condição desejável para todos. Argumentou, também, ter o contexto geral reforçado o protagonismo da iniciativa de se estabelecer uma Agenda Paulista de Mudanças Climáticas – ou uma Agenda de Governo Subnacional –, pois não se tem conhecimento de iniciativa semelhante, motivo pelo qual se reconhece como incomum. Portanto, explicou, a ideia para a COP 21 é se elaborar proposta de acordos voluntários com o setor produtivo estabelecendo novas obrigações legais, além daquelas já existentes. Informou terem sido organizadas e realizadas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

pela SMA várias reuniões com diferentes setores, tendo muitos deles já aderido ao protocolo por ela criado. Desejou que o fato de ofertar incentivos para práticas sustentáveis se constitua na razão de ser do papel protagonista da responsabilidade corporativa no âmbito dos setores produtivos. Entende que o propósito último é a construção, em conjunto com o setor produtivo, de metas viáveis de avanço rumo à sustentabilidade, não se tratando de uma imposição, pois alguns como setores, e outros, como empresa, apresentam o que é possível ser feito. Observou também que não existe uma métrica única em decorrência da diversidade dos setores – desde cimento até produtos de beleza –, o que é bem ilustrado com o sucesso obtido pelo Protocolo do Setor Sucroenergético que, utilizado como modelo, atingiu patamares muito interessantes, inclusive do ponto de vista de redução do consumo de água na produção. Acrescentou que, em termos de médio e longo prazos, têm-se a possibilidade de trabalhar com instrumentos econômicos para incentivo à compensação e mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa-GEE, em âmbito estadual. Informou já existir, junto à Secretaria da Fazenda, uma discussão – inclusive do ponto de vista de financiamentos para produção de pesquisa – da qual se espera alcançar resultados interessantes, a médio e longo prazos. A ideia, observou, é que se tenha durante a COP-21 Termos de Adesão firmados, assinados pela empresa ou entidade interessada e a SMA ou seu representante. Ressaltou, mais uma vez, tratar-se de iniciativa voluntária e que o protocolo não se confunde com o processo de licenciamento ambiental, mesmo que as informações oferecidas à CETESB sejam utilizadas, segundo o critério daqueles que aderirem ao termo. Destacou que os objetivos maiores são promover tanto a redução das emissões de gases de efeito estufa em empresas como o aumento da eficiência e da competitividade dos setores produtivos existentes no Estado de São Paulo, e isso porque não serão computados dados de outros Estados. Por isto é que é uma agenda paulista, disse. Os destinatários do Termo de Adesão, observou, são a indústria, o comércio e serviços, e com eles serão trabalhadas as questões relacionadas com a redução da emissão de gases, em alguns casos, e com a economia de água, em outros casos. A **Secretaria de Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA** passou a destacar os princípios formulados para adesão ao protocolo, quais sejam: acessibilidade e simplicidade da informação, visando à adesão voluntária ampla; autodeclaração – relacionada com a integridade e a qualidade das informações oferecidas, de responsabilidade de cada aderente; mensurabilidade – métrica mínima obrigatória relacionada com a informação das emissões diretas de CO<sub>2</sub> e com a previsão de um indicador representativo da atividade principal, tais como: produção física em toneladas; volume de vendas; consistência das metas – necessária para o estabelecimento de comparação intertemporal de desempenho em uma mesma entidade, e, para tanto, as unidades de emissão e de atividade devem ser as mesmas; confidencialidade, robustez, independência e imparcialidade dos dados; flexibilidade; relevância e progressividade. Portanto, esses protocolos são para aqueles que já possuem uma atuação nesse sentido. Explicou que, em termos de resultados, à medida que os dados forem recebidos pela SMA, os mesmos serão classificados e, a depender do atingimento das metas propostas e da determinação de metas subsequentes, serão concedidos prêmios aos aderentes, mediante essa análise a ser feita. A **Secretaria e Presidente do CONSEMA** ofertou ainda as seguintes informações: ter sido realizada uma série de reuniões com os setores, que se têm mostrado muito interessados; que será realizado, durante a Conferência das Partes sobre a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas – COP-21, no Museu de História Natural, em Paris, evento paralelo do Estado de São Paulo, com o apoio do governo da região de Île-de-France. Colocou-se à disposição para esclarecimentos. Passou-se à etapa das discussões. O conselheiro **Mauro Frederico Wilken**, após parabenizar a Secretaria pela apresentação, solicitou que o CONSEMA se manifestasse frente à COP-21, produzindo, por meio da CT de Políticas Públicas e da CT de Atividades Industriais, Minerárias e Agropecuárias, documento a ser aprovado pela plenária. A **Secretaria Patricia Iglesias** observou que tais documentos deverão ser produzidos com certa rapidez, pois todos os aspectos relacionados à COP-21 deverão estar definidos até o final de agosto. Dirigindo-se aos



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

conselheiros, mais precisamente ao conselheiro Jaelson Ferreira Neris, observou que as inúmeras reuniões de que tem participado para fechamento do tema é um dos principais motivos de a sua agenda se encontrar tão “assobrada”. E mais uma vez, comentando o que propusera o conselheiro Mauro Wilken, disse que qualquer documento a ser produzido terá que ser feito com rapidez, pois se impusera uma agenda de fechamento até final de agosto, e comprometeu-se a tornar disponível o protocolo mínimo produzido pelo Gabinete, para que o Consem, em desejando, possa produzir seu documento dentro dos critérios nele constantes. O conselheiro **Márcio Piedade Vieira**, após parabenizar a Secretaria pela apresentação, solicitou que, além da indústria, do comércio e dos serviços, a agropecuária também fosse incluída entre os setores considerados, dado que também contribui para a emissão de alguns gases. A **Presidente do CONSEMA** agradeceu pela menção e considerou tal inclusão realmente importante, caso esses dados possam ser obtidos. E acrescentou que a ideia de se fazer essa apresentação teve justamente o propósito de colher contribuições dos conselheiros. O conselheiro **Marcelo Manara** também parabenizou a Secretaria pela apresentação e passou a palavra ao conselheiro **Roberto Ulisses Resende** que, depois de também parabenizar a Secretaria pela iniciativa de colocar na pauta os dois assuntos constantes da Ordem do Dia, e considerando o trabalho da organização na qual atua, levantou dois pontos: 1º) se a compensação voluntária teria sido considerada como alternativa no marco desse Protocolo; 2º) questionou se havia alguma previsão de retomada do Plano Adaptativo de Mudanças Climáticas, instrumento previsto pela Política Estadual de Mudanças Climáticas que, há bastante tempo, está disponível para consulta pública na página eletrônica da SMA. A conselheira **Thaís Maria Leonel do Carmo**, também parabenizou a Secretaria pela apresentação que qualificou como “clara, objetiva e expressiva”. E, sobre a questão das metas, que são importantes, acentuou que talvez fosse necessário proceder à leitura dos objetivos do desenvolvimento sustentável que substituirão, em setembro p.f., os objetivos do desenvolvimento do milênio. Ter na lembrança os novos 17 Princípios e respectivas 169 metas talvez reverberem de forma positiva nesse trabalho que será apresentado em Paris. A **Secretaria** agradeceu a ótima contribuição da conselheira e enfatizou que estará presente nessas reuniões, em Nova York, sobre o assunto. A conselheira **Sônia Regina Seixas**, após parabenizar a Secretaria pela excelente exposição, solicitou que lhe fosse esclarecido se as metas de trabalho estabelecidas no Protocolo valem somente para aqueles que já vêm trabalhando, ou também podem participar os que forem despertados para o problema, ao longo do processo. A **Secretaria** explicou à conselheira que, do ponto de vista desse Protocolo, foram considerados somente aqueles que já possuíam dados, de modo a possibilitar a comparação e evolução dos mesmos. Ponderou que, de fato, não vê problemas na inclusão daqueles que ainda não possuem dados, mas que se dispõem a gerá-los. No entanto, ressaltou, tal inclusão deverá ser feita por meio de outro instrumento, separado desse que já possui todos os critérios pré-estabelecidos. Prontificou-se a conversar com seu assessor Oswaldo dos Santos Lucon sobre isto e para que se possa pensar em um desenho que também atenda a questão das compensações ambientais voluntárias, conforme abordado pelo conselheiro Roberto Ulisses Resende. E chamou novamente a atenção para a questão do prazo, sugerindo que alguém elaborasse um primeiro *draft*, a partir do qual as CTs pudessem trabalhar. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, alertando sobre o prazo em que o documento deve ser concluído, até o final agosto, submeteu à votação a proposta formulada pelo conselheiro Mauro Frederico Wilken, que foi aprovada pelo quórum de vinte e cinco (25) votos favoráveis, um(1) contrário e nenhuma abstenção, o que deu lugar à seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA 11/2015. De 21 de julho de 2015. 332ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Atribui tarefa à CT de Políticas Públicas e à CT de Atividades Industriais, Minerárias e Agropecuárias. O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Atribui à Comissão Temática de Políticas Públicas e à Comissão Temática de Atividades Industriais, Minerárias e Agropecuárias a tarefa de, conjuntamente, elaborar proposta sobre mudanças”**



**climáticas a ser encaminhada à COP 21, depois de apreciada pelo Plenário do Conselho.”** O conselheiro **Mauro Wilken** pediu aparte, para solicitar que as listas dos EIAs/RIMAs em tramitação na Casa, distribuídas em papel aos conselheiros, fossem colocadas na internet. O **Secretário-Executivo** esclareceu que essa lista é de responsabilidade da CETESB, tendo, então, o conselheiro **Carlos Roberto dos Santos**, representante da CETESB, se comprometido a colocá-la no *site* dessa entidade. Passou-se ao segundo item da Ordem do Dia, a “Apresentação sobre a Serra do Mar e Enfrentamento dos Recorrentes Eventos Extremos”, feita pelo Diretor-Geral do Instituto Geológico–IG, **Ricardo Vedovello**, secundado por técnicos da Defesa Civil. O Diretor do Instituto enfatizou, inicialmente, que essa apresentação atendia ao pedido formulado pelo conselheiro Marcelo Manara, após o que o Diretor-Geral do Instituto Geológico declarou que o propósito da apresentação era não só passar pela questão da Serra do Mar, mas, também, mostrar como se vem trabalhando com instrumentos de enfrentamento dos eventos críticos potencializadores de desastres. Depois de tecer considerações sobre o contexto da apresentação, reiterou a informação fornecida pelo Secretário-Executivo de que estavam presentes o 1º Tenente PM Marcelo Kamada, da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil da Casa Militar do Estado, e também a Juliana de Avellar, coordenadora do Programa Município Verde/Azul, Célia de Souza do Instituto Geológico, além de demais técnicos da Casa, que, com certeza, auxiliarão nos debates a serem travados. Depois de situar o cenário com o qual vem trabalhando, destacou, inicialmente, o que entende como eventos extremos no contexto dos desastres naturais. Em seguida, Ricardo Vedovello acrescentou que esses processos ocorrem não somente na Serra do Mar, mas, de forma similar, no Estado de São Paulo como um todo. Pontuou ser o objetivo mostrar a recorrência desses processos, como eles tem se intensificado e quais são os instrumentos de gerenciamento aplicados para enfrentar seus impactos e prevenir perdas. Outro propósito é mostrar quais indicadores e cenários indicaram a necessidade e a importância de se proceder a um ajuste das ações realizadas e um aperfeiçoamento dos instrumentos de gerenciamento, prevenção e de mitigação de situações de risco no Estado inteiro, para inverter a tendência de ampliação de acidentes e desastres. Informou que, para balizar a apresentação, esclarecia, desde já, que, ao se falar em eventos extremos, normalmente vem à mente das pessoas terremotos, como os que acontecem no Chile; erupções vulcânicas, como o exemplo ilustrado na Islândia. Entretanto outros tipos de eventos extremos produzem desastres de outra natureza, entre os quais se incluem o atentado às torres gêmeas nos EUA; pragas de gafanhoto associadas mais a questão biótica, e aqueles relacionados a processos mais habitualmente conhecidos no contexto dos desastres naturais e típicos de países tropicais como o Brasil. Outro objetivo ainda é mostrar que existem diversos instrumentos e mecanismos já implantados para o gerenciamento de riscos de desastres, e que novos estão sendo articulados com um novo olhar, não só de gerenciamento, para a prevenção dos desastres que ocorrem no Estado. Argumentou também que passaria, mesmo que fosse de forma breve, por alguns tópicos que orientam os debates e que permitem que se promovam ações com os demais setores com vistas ao enfrentamento, com maior eficácia, da questão. O Diretor do IG explicou que os diferentes tipos de desastres são diferenciados com base em uma codificação internacional, representada, no Brasil, pela CODAR – Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos, que diferencia os desastres decorrentes de processos existentes na Natureza, os desastres naturais, daqueles provocados pelo homem, e ainda aqueles de natureza mista, que envolvem causas naturais e humanas. Em seguida ilustrou os diferentes tipos de desastres: de caráter tecnológico; de caráter social – como é o caso do terrorismo praticado pelo homem (vide o atentado às Torres Gêmeas, nos EUA). Observou ainda que nos processos classificados como naturais a interferência humana na geodinâmica interna e externa do Planeta é expressiva, e revela-se desde aspectos associados às mudanças climáticas até na aceleração e na deflagração de processos naturais, determinados por atividades antrópicas. No espectro dos desastres classificados como naturais, destacou que existem os de origem sideral, os associados à geodinâmica interna e externa do Planeta, e outros resultantes de desequilíbrios da Biocenose, como, por exemplo, o caso das pragas de animais. Ofereceu exemplos dos vários tipos de desastres, como aqueles causados por impactos de meteoritos, como a Cratera de Colônia, no Bairro da Colônia, em São Paulo, “área que foi impactada por corpos celestes, portanto exemplo de desastre de natureza sideral”. Referiu-se, também, a terremotos, erupções vulcânicas, secas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

etc. Quanto às inundações, observou que elas podem ocorrer de forma gradual (lenta) ou brusca, e apresentou o pacote de movimentos de massa e de escorregamentos de várias naturezas com exemplos que ocorreram em Santa Catarina, China e El Salvador. Explicou também que eventos naturais perigosos são aqueles fenômenos que podem impactar, de alguma forma, não só o indivíduo ou a comunidade, como também ecossistemas e ambientes, causando danos importantes e gerando prejuízos econômicos, sociais e ambientais. Chama-se de “evento”, observou, quando ocorre um desses fenômenos que tem certa expressão, mas não causa perdas sociais. Em contrapartida, recebe o nome de “acidente”, quando há impacto associado a ferimentos, perdas e danos. E passa a ser chamado de “desastre” quando adquire grandes proporções. Ricardo Vedovello referiu-se a alguns sinônimos usados no cotidiano para o termo desastre, tais como catástrofe, calamidade e tragédia. Ressaltou a existência de critérios para diferenciar acidentes de desastres, como, por exemplo, o registro de 10 ou mais mortes, 100 ou mais pessoas afetadas, e gerar solicitação de assistência externa para atender à comunidade atingida, para ser considerado desastre. O importante é que se pode falar de “risco” somente quando se consegue dimensionar de fato a possibilidade de consequência social, econômica ou ambiental. “Vulnerabilidades” são as condições intrínsecas do elemento em risco e Resiliência é a capacidade de enfrentar e de se recuperar dos desastres. O Diretor do IG passou a fazer várias considerações sobre processos que têm ocorrido no Estado de São Paulo. Apresentou informações sobre o domínio geológico, topográfico, processos erosivos, perdas de solo, eventos econômicos e outros aspectos associados. Declarou que a erosão costeira é causada por processos naturais acentuados pelas atividades antrópicas, e causa perdas de equipamentos públicos, residência e impactos ambientais. Sobre os diferentes tipos de escorregamento desatacou a variedade de geometrias, magnitude, e dinâmica de movimentação, ressaltando que tais aspectos precisam ser entendidos para que possam ser enfrentados adequadamente. Tratou ainda de rolamentos de blocos e destacou processos de subsidências, como é o caso de Cajamar, e outros tipos associadas ao adensamento de solo, muito típico na planície costeira e associados a sobreposições de camadas argilosas e arenosas, ou outros tipos de subsidências associadas a desestruturação do solo por excesso de água, fenômenos que favorecem a ocorrência de recalques, deslocamentos e rotação das construções. Passou a mostrar como esses eventos têm sido recorrentes e como foram sendo construídos e definidos os instrumentos para enfrentá-los. Resgatou a origem do Instituto Geológico, observando a existência de relatos antigos sobre a ocorrência de desastres, como as inundações que tiveram lugar no Vale do Tamanduateí e Tietê, em 1887, com dificuldade tecnológica, de conhecimento e mesmo de recursos para se lidar com situações dessa natureza. A seguir foi resgatando registros de Desastres mais recentes, como o grande escorregamento do Monte Serrat, em Santos, em 1928, que atingiu a Santa Casa da cidade. Outros eventos na faixa costeira, atingindo a cidade de Caraguatatuba, por exemplo. Aliás, informou, foi depois desse evento de Caraguatatuba e da ocorrência de incêndios que se decidiu criar a Defesa Civil do Estado. Relatou, utilizando dados minuciosos de várias outras ocorrências, como a que atingiu o polo industrial de Cubatão, em 1985, o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento dos problemas, como o Plano Preventivo de Defesa Civil específico para escorregamento da região da Serra do Mar, a implementação de planos de contingência, etc. Disse que poderia resumir dizendo que os instrumentos de gerenciamento das situações de riscos são de cinco tipos principais: desenvolvimento de sistemas de alerta, principalmente formatados para a questão de inundações, ou seja, operação de sistemas de alerta associados à subida do nível dos rios, das drenagens; os planos preventivos de defesa civil como por exemplo o do Polo Industrial de Cubatão; o mapeamento de áreas de risco, a fim de se saber quais áreas precisam ser monitoradas; e medidas estruturais após e previamente ao desastre para diminuir a vulnerabilidade. Além da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil prestam apoio técnico neste trabalho o IG, o IPT, o DAEE, e a CETESB no caso das emergências químicas. Destacou os graus de risco, do um ao quatro, que balizam o tipo de ação a ser tomada. Informou que 129 municípios do Estado já possuem Planos Preventivos e de Contingência da Defesa Civil, atingindo o Vale do Paraíba, a região de Sorocaba, de Campinas e a RMSP além da zona costeira. Falou da campanha Cidades Resilientes na qual o Estado de S. Paulo é líder, sendo que 250 cidades já aderiram ao programa. Falou também do Programa de Prevenção de Desastres-PDN, já apresentado anteriormente ao CONSEMA. E concluiu dizendo que ainda é necessário buscar novas tecnologias e metodologias para produzir informação que possa ser



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

usada rápida e adequadamente. Na sequencia, destacou que o Desafio 451 da SMA para esta gestão de governo, tem como terceira diretriz justamente a “vulnerabilidade ambiental e mudanças climáticas” cuja meta é reduzir as vulnerabilidades ambientais por meio de, entre outras coisas, a redução de risco de desastres. A **Secretaria e Presidente do CONSEMA**, depois de agradecer a apresentação do trabalho, declarou que condições como aquelas presentes na abordagem feita muitas vezes não aparecem, mas que, ao aparecerem, revelam a consistência do que vem sendo produzido pelo Estado. Declarou sentir muita alegria com a apresentação, por constatar que um técnico da envergadura de Ricardo Vedovello está coordenando esse trabalho no Sistema Estadual de Meio Ambiente. Reiterou a excelência do trabalho, que, declarou vai ao encontro da diretriz vigente à qual se submete. Aproveitou para apresentar sua assessora **Roberta Buendia**, que foi por ela encarregada de acompanhar o desenvolvimento dos programas incluídos no conjunto de Diretrizes que nortearão a atuação da SMA e cobrar dos envolvidos os resultados previstos dentro das metas estabelecidas. O conselheiro **Marcelo Pereira Manara** agradeceu e elogiou o trabalho e sua apresentação e declarou que, como cidadão valeparaibano, que luta pela preservação da Serra da Mantiqueira, atuou em alguns dos eventos citados, mais intensamente no que ocorreu em Monteiro Lobato e em São Luiz de Paraitinga. Exortou que se implemente processo de discussão que promova uma boa articulação das políticas públicas voltadas para tratar das vulnerabilidades, produzindo-se mapas de risco, e sugeriu que se fizesse o cotejo desse trabalho com o da Biota/FAPESP, de modo a se evitar qualquer sobreposição, e se envolvessem as comunidades no trabalho de prevenção. **Ricardo Vedovello** agradeceu a Secretaria por ter inserido o assunto da vulnerabilidade ambiental no corpo das diretrizes da SMA e a Roberta Buendia que já vinha acompanhando os trabalhos do IG e da SMA com a Defesa Civil a longo tempo, inclusive tendo sido uma das responsáveis pela inserção dessas questões junto à Política Estadual de Mudanças Climáticas. Informou que o IG tem trabalhado muito com a Coordenadoria de Planejamento Ambiental na produção de mapas de perigo para todo o Estado, que já está compartimentado em uma escala de maior detalhe. O mapa de perigos está previsto para sair em 2016. Com relação ao caso das encostas de Monteiro Lobato, para as quais o Ministério Público vem propondo ações para regularização das ocupações, Vedovello disse que a questão precisa ser tratada com cuidado e que não se pode usar um instrumento que foi definido para trabalhar com gerenciamento, para questões de planejamento. A conselheira **Telma de Cássia dos Santos Nery** solicitou que se integrasse a Secretaria da Saúde nesse projeto, notificando-se os desastres à essa Secretaria, uma vez que depois deles ocorrem doenças infecciosas que não aparecem na hora. Não só por isto, mas também porque, conhecendo-se os mapas de risco, pode-se agir preventivamente, traçando-se, por exemplo, o perfil epidemiológico da comunidade a ser eventualmente afetada etc. É por isto que a Secretaria da Saúde está também construindo um plano setorial relacionado com as mudanças climáticas. A Secretária **Patrícia Iglecias** agradeceu a conselheira Telma pela lembrança, e disse que é característica da gestão atual do Governador Alckmin fazer com que as Secretarias trabalhem de modo integrado. Portanto, a sugestão da conselheira é muito bem-vinda, disse. Atendendo à solicitação do conselheiro Mauro Wilken, o **Secretário-Executivo** informou que a apresentação seria encaminhada aos conselheiros, tão logo o Diretor-Geral do IG fizesse os ajustes prometidos. Informou também que convocaria as duas CTs, a de Políticas Públicas e a de Atividades Industriais, Minerárias e Agropecuárias ainda durante a tarde. O conselheiro **Marcelo Manara** reiterou o pedido de que a lista de EIAs/RIMAs fosse disponibilizada em mídia eletrônica, e o Secretário-Executivo informou que o conselheiro **Carlos Roberto dos Santos**, Diretor da CETESB, já se comprometera a colocar tal lista no site da Companhia. E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.